



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

**PROJETO DE AVALIAÇÃO INTERNA OU
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFOB**

BARREIRAS

2018

IRACEMA SANTOS VELOSO

Reitora *Pro tempore*

JACQUES ANTONIO DE MIRANDA

Vice Reitor *Pro Tempore*

ADRIANA MIGLIORINI KIECKHÖFER

Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura (PROADI)

PAULO ROBERTO BAQUEIRO BRANDÃO

Pró-Reitor de Extensão e Cultura (PROEXT)

MARCOS AURÉLIO SOUZA BRITO

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas (PROGEP)

ANATÁLIA DEJANE SILVA DE OLIVEIRA

Pró-Reitora de Graduação e Ações Afirmativas (PROGRAF)

POTY RODRIGUES DE LUCENA

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN)

LUCIANA LUCAS MACHADO

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI)

DAVID DUTKIEVICZ

Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC)

DIEGO PEREIRA

Procurador Federal junto à UFOB

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Portaria nº 121, de 11 de junho de 2018.

COMISSÃO CENTRAL

Kelli Consuelo Almeida de Lima Queiroz -Docente/Titular
Rubio José Ferreira- Docente/ Titular
Gustavo Roberto Villas Boas- Docente/ Suplente
Ana Maria Porto Nascimento - Docente/ Suplente
Leila Oliveira dos Anjos- Técnico-Administrativo/ Titular
Jéssika de Souza Macedo - Técnico-Administrativo/ Titular
Liliana Alves Neves Oliveira - Técnico-Administrativo/ Suplente
Simone Leal Souza Coite - Técnico-Administrativo/ Suplente
Demétrios Pascoal de Almeida Rocha - Sociedade Civil/Titular
Erika Seixas- Sociedade Civil/Suplente

COMISSÃO LOCAL DO CAMPUS DE BARRA

Caio Victor Damasceno Carvalho - Docente/Titular
Alan Diego da Conceição Santos - Docente/ Suplente
Filipe Ferreira Silvestre Nery Nepomoceno -Administrativo/ Titular
Monica Moreira Nunes- Técnico-Administrativo/Suplente
Ivanaldo Ferreira dos Santos -Estudante/ Titular

COMISSÃO LOCAL DO CAMPUS DE BARREIRAS

Anderson Dantas da Silva Brito -Docente/Titular
Anne Gabrielle Lima Sousa de Carvalho -Docente/ Suplente
Nadine Luize Barbosa Dantas -Técnico-Administrativo/ Titular
Rony Keito Lopes Moreira -Técnico-Administrativo/Suplente

COMISSÃO LOCAL DO CAMPUS DE BOM JESUS DA LAPA

Janaynna de Moura Ferraz -Docente/Titular

André Issao Sato -Docente/ Suplente

Rafael Rodrigues Duque -Técnico-Administrativo/ Titular

Ediana Sales Leles-Técnico-Administrativo/Suplente

Brenda Karoline Correia Chaves -Estudante/ Titular

Lorrane Tenório de Matos Costa – Estudante/Titular

SUBCOMISSÃO DO CAMPUS DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

Leonardo Rospi - Docente/Titular

Luis Alberto Pargas Carmona - Docente/ Suplente

Eliane Oliveira dos Santos-Técnico-Administrativo/ Titular

Aline Van Der Schmidt- Técnico-Administrativo/Suplente

Diessyca Ketli Oliveira Toniazzo - Estudante/ Titular

Emanuela Marques Lustosa- Estudante/ Suplente

COMISSÃO LOCAL DO CAMPUS DE SANTA MARIA DA VITÓRIA

Nelson Soares Pereira Júnior- Docente/Titular

Fernanda Vasques Ferreira – Docente/Suplente

Lindomar Alves Ferreira- Técnico-Administrativo/ Titular

Ivone Maria de Souza- Técnico-Administrativo/Suplente

1. INTRODUÇÃO

Como prática social formal, historicamente construída, a avaliação institucional¹ destina-se a “avaliar a instituição como um todo ou políticas públicas em seu caráter global e contextualizado” (LEITE, 2005, p. 33). Compreende um processo sistemático, cíclico e permanente de análise do desempenho global de uma política ou instituição, mediante a apropriação de processos e resultados das ações no contexto sócio-político e histórico em que estão inseridas (BELLONI, 1999; TRIGUEIRO, 1998; DIAS SOBRINHO, 2000; RISTOFF, 2000; LEITE, 2005).

No campo da Educação Superior, o termo institucional qualificando a palavra avaliação, pressupõe que a instituição, nesse caso, a universidade, necessita ser avaliada em sua globalidade, perpassando todas as ações políticas e educativas da universidade, articulada com os seus projetos institucionais.

Na universidade, instituição historicamente construída, a avaliação é uma atividade imprescindível para o permanente conhecimento e renovação de sua missão social. Como afirma Dias Sobrinho (2011), o caráter público e social da universidade produz a exigência ética da avaliação para saber quais os valores são inerentes às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e demais práticas administrativas, acadêmicas, bem como qualificar a produção de ciência e construção de cidadania.

Nessa perspectiva, deve-se pôr a avaliação institucional a serviço do projeto de universidade que se deseja. Assim, faz-se necessário produzir informações a respeito da situação real da universidade as quais possam referenciar sua trajetória. Para tanto, um dos instrumentos mais adequados a esse fim é a avaliação interna ou autoavaliação institucional, notadamente, orientada por uma concepção formativa.

¹ É preciso distinguir a avaliação institucional da avaliação educacional (da aprendizagem, de currículo, de curso, entre outras). Ambas são avaliações que ocorrem na área de educação, no entanto, a educacional preocupa-se com o desempenho de sujeitos, grupos em situação de aprendizagem e ou profissional (LEITE, 2005).

No Brasil, a inserção de processos de autoavaliação no campo das instituições de educação superior é uma prática recente, iniciada em 1993 pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)²².

Em 2004, a Lei nº 10.861 de 14 de abril que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) traz à tona a ideia de autoavaliação institucional como um dos instrumentos indispensáveis para a Instituição de Educação Superior (IES) promover o autoconhecimento e tomada de decisão institucional³. O Sinaes prevê a avaliação interna ou autoavaliação como a primeira etapa da avaliação das instituições, sendo concebida pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES (BRASIL, MEC, 2004 p.20) como processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age.

Concebida como processo de estudo, de autoanálise, em um movimento cíclico e contínuo, a avaliação interna ou autoavaliação poderá provocar um olhar reflexivo da instituição sobre si mesma, em todas as suas dimensões. Buscará refletir, assim como um espelho, o conteúdo e a forma das ações administrativas, financeiras e pedagógicas, a ponto de revelar as potencialidades e fragilidades desses componentes institucionais.

Assim sendo, a avaliação interna ou autoavaliação implica no posicionamento dos sujeitos da universidade a respeito do conjunto das dimensões e atividades institucionais, apresentando subsídios para decisões coletivas em prol da melhoria da gestão acadêmica, do trabalho pedagógico e administrativo de uma IES. O resultado desse processo será uma importante ferramenta de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), aprovado em 2016 e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em processo de elaboração.

² O PAIUB foi editado pelo MEC como uma política de avaliação para o ensino superior em 1993. Em 1995 com a instituição do Exame Nacional de Cursos pela Medida Provisória MP 1.1018, referendada pela Lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995, o PAIUB sofre um processo de esgotamento.

³ Esta lei determinada no Art. 2º que o Sinaes, ao promover a avaliação de instituições, de cursos de desempenho dos estudantes, deverá assegurar, entre outros incisos: **I- avaliação institucional interna e externa**, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e seus cursos.

É nesta perspectiva que o projeto de **avaliação interna** ou **autoavaliação institucional da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB⁴** foi concebido. Concomitante ao atendimento de uma determinação definida pela Lei nº 10.861/2004, representa a possibilidade de produção de informações sobre dimensões que compõe a universidade, as quais contribuirão com o processo de planejamento e desenvolvimento institucional em prol da qualidade social da formação dos estudantes, produção e difusão do conhecimento.

Nessa direção, expressa a primeira iniciativa de Avaliação Interna ou Autoavaliação Institucional da UFOB, cuja apreensão demanda um breve histórico. A UFOB foi criada em 2013, pela Lei nº 12.825, de 05 de junho. Sua história se inicia em 21 de novembro de 2005, como unidade da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFBA), o Campus Reitor Edgard Santos, Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) aprovado pela Resolução nº 04/2005. Oficialmente, as atividades do ICADS tiveram início em outubro de 2006, com a missão de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na região oeste da Bahia. De 2006 a 2012, a Avaliação Interna ou Autoavaliação Institucional foi conduzida pela Comissão Própria de Avaliação da UFBA.

A avaliação interna ou autoavaliação institucional exige, conforme orientação da CONAES, um trabalho planejado com clareza conceitual e metodológica que se faz pela produção de informações válidas e confiáveis, participação da comunidade acadêmica, compromisso explícito dos dirigentes da IES e o uso efetivo dos resultados, esperando-se construir uma cultura de avaliação institucional participativa, democrática e com efetividade acadêmica e social.

Entendemos que, pelo fato de a UFOB ser uma Universidade com apenas cinco anos de existência, em pleno processo de construção de sua identidade institucional, o desenvolvimento de uma cultura avaliativa é condição *sine qua non* para uma permanente atitude de tomada de consciência sobre o papel acadêmico, político, científico, cultural e social na Região Oeste da Bahia.

⁴ A Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), pessoa jurídica de direito público mantida pela União, foi criada pela Lei nº 12.825, de 05 de junho de 2013, de natureza multicampi, com sede e foro na cidade de Barreiras, no Estado da Bahia. É uma Autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira, nos termos da legislação nacional.

Neste sentido, o trabalho da Comissão de Avaliação Institucional (Comissão Própria de Avaliação- CPA) terá papel primordial na coordenação do processo de construção de conhecimento sobre as dimensões da Universidade que possibilitem o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais desta IES.

Os elementos textuais que compõem o presente projeto são: concepção e princípios da avaliação interna ou autoavaliação, objetivos, marcos metodológicos, plano de trabalho, condições materiais e financeiras.

2. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No âmbito da avaliação institucional, o planejamento da avaliação interna ou autoavaliação exige decisões a respeito de quais fundamentos teóricos orientarão as ações a serem desenvolvidas, haja vista que se trata de um processo imbricado de questões epistemológicas, éticas, políticas e pedagógicas. A depender da concepção de sociedade, de educação e de universidade, vai se definindo a concepção de avaliação, bem como seu significado no contexto da educação superior. Conforme anuncia Dias Sobrinho (2002, p. 69):

A opção por um determinado modelo de avaliação institucional se insere no quadro de uma opção epistemológica e ética que corresponde a uma determinada visão de mundo. Obviamente, essa opção não é neutra, nem neutros serão os modelos de avaliação.

Assim, na defesa de que a universidade é uma instituição que possui uma função pública, formadora de cidadania, produtora e difusora dos conhecimentos e promotora da crítica em benefício dos interesses mais amplos da sociedade e da nação (DIAS SOBRINHO, 2002, p.21), advoga-se a concepção formativa de avaliação institucional.

A concepção formativa⁵ articula-se com esse entendimento de universidade, porque não enfatiza indicadores quantitativos, valorizando a mensuração dos resultados produzidos pelas instituições para uma prestação burocrática de contas à comunidade. Ao contrário, potencializa um processo sistemático e intencional para identificar, compreender e analisar o desenvolvimento das ações realizadas com vistas a melhorias, ao aperfeiçoamento e à retroalimentação da realidade avaliada. Desse modo, a avaliação formativa não possui uma finalidade em si mesma, pois subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.

A função formativa da avaliação institucional é, segundo Fernandes (2002), responsável pelo processo de maturação institucional. Reflexão, discussão, definição de prioridades, construção de uma rede de sentidos e significados para o desenvolvimento do papel social da instituição.

Assim sendo, a avaliação formativa na Universidade só tem sentido se estiver a serviço da construção e ou reconstrução do projeto educativo dessa instituição. Avaliase para que os sujeitos envolvidos nesta dinâmica possam compreender seus contextos, sua condição concreta de existência em termos de ideias, projetos e ações e, de posse dessas informações tomarem decisões que levem a universidade a cumprir a sua missão.

Isso se faz considerando que:

A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir (...) reconhecer as formas e a qualidade das relações na instituição, construir articulações, integrar ações em malhas mais amplas de sentido, relacionar as estruturas internas aos sistemas alargados das comunidades acadêmicas e da sociedade (DIAS SOBRINHO, 1995, p. 56).

Em tal ponto de vista, a avaliação só adquire relevância se for pensada na perspectiva de mediação das intenções propostas e das realizadas, tendo como contexto de análise a realidade histórico-social em que a universidade está situada. Isso se faz necessário para ratificar os valores sociais, pedagógicos e políticos da instituição avaliada formalizados, essencialmente, no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), entre outros.

⁵ Em uma posição inversa a concepção formativa, a avaliação positivista, meritocrática, classificatória, advoga a fragmentação do objeto avaliado, a neutralidade dos avaliadores e a objetividade dos instrumentos de coleta de dados para a construção de produtos mensuráveis. Nesta perspectiva, avaliar é sinônimo de controle de qualidade, mediante indicadores sobre produtividade, eficiência e eficácia (AFONSO, 2000; COELHO, 2003; DIAS SOBRINHO, 2002).

Sendo um ato político e ético, a avaliação pressupõe definir princípios em decorrência da função social da universidade, do desenvolvimento de suas atividades fins e de sua responsabilidade com a sociedade. A concepção formativa de avaliação institucional orienta-se pelos seguintes princípios:

a. globalidade: possibilita que todos os elementos que estruturam a universidade sejam pauta de avaliação. O ensino, a pesquisa, a extensão, a infraestrutura, a gestão, entre outros que compõem a instituição precisam fazer parte da avaliação para que seja a mais sempre mais completa, superando as análises fragmentadas e parciais.

Compreender “o todo” institucional, com suas limitações e possibilidades, requer um complexo trabalho de integração de dados e informações em suas dimensões e sentidos atribuídos pela comunidade acadêmica.

b. continuidade: permite que a avaliação seja um ato permanente, processual e cotidiano, implicando na construção de uma cultura avaliativa. Ademais, possibilita a comparabilidade das informações e dados de um determinado momento a outro.

Processos permanentes estimulam a cultura da avaliação educativa que se internaliza no cotidiano institucional;

c. participação: possibilita a ação voluntária, democrática, e de responsabilidade social dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica. A autoavaliação logrará êxito se for coletivamente assumido como uma ação integrante da universidade, contando com a participação dos atores que a constroem;

d. legitimidade política e técnica: reconhece os sujeitos e o trabalho por eles desenvolvidos no processo avaliativo, sob uma perspectiva de respeito, confiança, negociação, comunicação, transparente e de responsabilidade coletiva;

e. não premiação ou punição: valoriza a promoção de processos e seus resultados como ação formativa.

Faz-se necessário destacar que, os princípios acima sinalizados estão em consonância com o Projeto Político Pedagógico Institucional da UFOB. Esses princípios podem induzi-la a utilizar os resultados da autoavaliação em prol da melhoria dos projetos da universidade, a qualificação permanente de suas políticas e práticas, por meio de decisões institucionais coletivas. Assim, a universidade assume a titularidade de um modelo de avaliação construído pelos atores envolvidos nos embates e práticas cotidianas, conforme anunciada por Belloni (1996, p. 8) “o autoconhecimento e a tomada de decisão com a finalidade de aperfeiçoar seu funcionamento e seus resultados”.

Com a titularidade da avaliação, a universidade poderá, de forma mais contextualizada, submeter-se aos processos regulatórios⁶ de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento e credenciamento institucional, uma vez que a autoavaliação institucional é considerada pelo MEC/INEP (2004) referencial básico para subsidiar a regulação nacional, nos termos do Decreto nº 5.773/2006, republicado em 2010.

Assim, a autoavaliação institucional na perspectiva formativa viabiliza um contínuo movimento de conhecimentos, reflexões e juízos de valor sobre a universidade em prol do desenvolvimento dos compromissos que a UFOB assume como valores fundamentais da sua existência.

3.OBJETIVOS

3.1 Geral

- a) Implantar a política de avaliação interna ou autoavaliação institucional na UFOB, visando o autoconhecimento e as tomadas de decisão, que subsidie a gestão acadêmica rumo à concretização dos compromissos sócio-políticos, acadêmicos, científicos, artístico e cultural desta universidade.

3.2 Específicos

- a) Promover pesquisa avaliativa sobre dimensões e indicadores da universidade propostas na Lei nº 10.861/2004;
- b) Fomentar a autoavaliação mediante um processo permanente, criativo, sistemático e contextualizado;
- c) Sistematizar as informações e dados da pesquisa avaliativa para subsidiar análises, reflexões e diálogos sobre a realidade institucional da UFOB;
- d) Organizar um banco de dados que coloquem em evidência as dimensões avaliadas;
- e) Sensibilizar a comunidade acadêmica para a participação efetiva nos processos de autoavaliação;

⁶ Utiliza-se da avaliação externa para os fins de regulação nacional.

- f) Elaborar relatórios formalizando os resultados da autoavaliação;
- g) Promover fóruns para a divulgação dos resultados da autoavaliação para realização de balanço crítico da instituição em termos de suas fragilidades, potencialidades e necessidades;
- h) Fomentar a cultura de autoavaliação institucional;
- i) Promover a integração da avaliação interna com a avaliação externa;
- j) Contribuir com a autoconscientização institucional sobre as potencialidades e fragilidades da universidade;
- k) Subsidiar a tomada de decisão institucional sobre políticas e práticas institucionais, tendo como referências o Projeto Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

4 MARCOS METODOLÓGICOS

Á luz de uma concepção formativa, os caminhos metodológicos para a preparação, desenvolvimento e consolidação da avaliação interna ou autoavaliação serão formalizados visando materializá-la de modo sistemático, abrangente e de conjunto, com a necessária produção de sentidos e significados sobre as principais atividades, estruturas e relações da UFOB. Nessa direção, compartilhando o entendimento de Dias Sobrinho (2000, p. 90):

a avaliação significativa nos obriga a levantar as grandes questões sobre os temas fundamentais da universidade e nos impele a respondê-las, atribuindo-lhes juízos de valor. Para além do visível e habitual, é importante a compreensão e o julgamento do respeito da natureza essencial da universidade (...).

Com esse interesse, as dimensões⁷ objetos de autoanálise, de juízo de valor no contexto da UFOB são as definidas na Lei nº 10.861/2004, art. 3º:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para

⁷ São agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos institucionais sobre os quais se emite um juízo de valor e que, em seu conjunto, expressam **ou se aproximam** da totalidade da instituição (MEC, CONAES, INEP, 2006, **grifo nosso**).

- estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

No ano de 2014, as dez dimensões acima listadas, foram reagrupadas em eixos pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, conforme ilustração no quadro 01, a seguir:

Quantidade	Identificação dos Eixos	Dimensões
Eixo 1	Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
Eixo 2	Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
Eixo 3	Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
Eixo 4	Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
Eixo 5	Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Quadro 01: Eixos que contemplam as dez dimensões da Lei nº 10.861/2003, Art. 3º
Fonte: Elaboração a partir da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES.

Cabe destacar que, os eixos/dimensões acima relacionados estão sendo considerados neste projeto não apenas por uma determinação legal, mas porque representam um quadro

de valores relativamente estruturado sobre as questões que caracterizam os processos e o trabalho da universidade. Ademais, sendo a primeira experiência formal da UFOB com a avaliação institucional faz-se necessário um estudo mais amplo envolvendo múltiplas dimensões.

Em cada eixo/dimensão, faz-se necessário a seleção de indicadores (recortes do real) adequados à compreensão da realidade institucional da UFOB, uma vez que a autoavaliação se produz em determinadas situações concretas, a partir de condições objetivas. Desta forma, cada indicador gerará perguntas para produzir conhecimentos sobre a UFOB, pois a totalidade absoluta das questões de uma instituição é muito difícil de ser abrangida em uma edição de autoavaliação.

Convém lembrar que, por mais que a autoavaliação promova um diagnóstico das dimensões e suas atividades desenvolvidas ou em desenvolvimento na universidade, o que mais interessa é lançar luzes para as ações que poderão ser realizadas rumo à qualificação de suas políticas e práticas. É notório que em uma universidade há potencialidades e fragilidades que precisam ser reconhecidas e/ou superadas.

Para a produção de informações e dados contextualizados e integrados sobre questões essenciais da universidade será desenvolvida uma pesquisa, na perspectiva da abordagem qualitativa, com a devida conjugação com a abordagem quantitativa, mediante os seguintes instrumentos: (i) Análise documental; (ii) Questionário misto; (iii) Grupo de discussão.

A pesquisa documental possibilitará reunir e integrar informações e dados secundários sobre os sentidos e significado sobre a atuação da universidade formalizada em documentos oficiais. Os documentos para Ludke e Menga (1986, p.39) são:

Fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações da pesquisa. Representam ainda uma fonte natural de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

A realidade institucional poderá ser identificada em documentos oficiais e técnicos da UFOB que contemplam aspectos das dimensões autoavaliadas, bem como em documentos da Política da Educação Superior conexas com a produção da universidade, tais como:

- a) Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPPI;
- b) Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;

- c) Relatório de Gestão da UFOB;
- d) Relatório da Gestão dos órgãos institucionais.

Na perspectiva de conjunto e integração, outros instrumentos de produção de dados primários propiciarão informações sobre a UFOB, quais sejam:

- a) Grupo de discussão-GD
- b) Questionário *on line*⁸
- c) Canal CPA

O grupo de discussão é uma técnica de reunião de pessoas, convidadas em razão de objetivos específicos para expressar sua opinião sobre os sentidos que atribuem a determinadas ações. No caso da autoavaliação institucional, pela realização do GD é possível produzir e registrar discurso grupal de estudantes, docentes, técnicoadministrativos e representantes da sociedade civil organizada sobre a UFOB. Os sujeitos participarão do GD por adesão, sempre com o propósito de discutir aspectos da realidade institucional configuradas nos eixos/dimensões/indicadores, com base em roteiro pré-definido.

O Questionário é um instrumento clássico de coleta de informações e dados no campo da avaliação institucional. Composto por um número de questões fechadas e/ou abertas sobre determinados recortes da realidade institucional. As questões serão formuladas considerando eixos/dimensões/indicadores eleitos para o processo avaliativo. As questões fechadas serão elaboradas com o apoio de Escala Social.

O questionário será disponibilizado em versão *on line*, hospedado no *site* institucional da UFOB, em período determinado pelo cronograma de autoavaliação institucional da CPA, possibilitando abranger um grande número de participantes, de forma anônima.

O canal CPA é um instrumento de fluxo contínuo para recepcionar informações e dados sobre as dimensões da autoavaliação institucional da UFOB, bem como registrar contribuições para o trabalho da Comissão Própria de Avaliação, com o intuito de contribuir com um balanço crítico sobre o processo e os resultados da autoavaliação institucional.

Na perspectiva da avaliação interna como instrumento de identificação de potencialidades e fragilidades com vista ao aperfeiçoamento da universidade, a participação ativa de docentes, estudantes e técnicos administrativos como sujeitos internos politicamente situados na sociedade, na universidade é essencial em todas as

⁸ O questionário é instrumento obrigatório em todas as versões da autoavaliação.

etapas do processo autoavaliativo. A comunidade externa representada pelos egressos da UFOB e outros sujeitos da sociedade civil organizada também poderá participar do processo avaliativo.

Para tanto, é preciso estratégias de sensibilização mediante campanhas publicitárias, reuniões, palestras, seminários, entre outros. Nessas ocasiões, é importante o registro do papel da CPA, dos objetivos da autoavaliação institucional, das formas de sua materialização, dos sujeitos participantes, da formalização e usos dos resultados pela UFOB. Isso se faz importante, para que os sujeitos participem com envolvimento.

Mediante a finalização do processo de coleta, a organização e interpretação das informações dos dados qualitativos far-se-á pela proposta de triangulação das fontes nos termos de Yin (2005, p. 125), que permite “utilizar várias fontes de evidência” para apreender uma realidade. Desse modo, serão triangulados os pontos de vista dos participantes da pesquisa contidos na análise documental, questionário e grupo de discussão. Nessa lógica, a triangulação possibilitará a apreensão de concordâncias, discordâncias, questionamentos, dúvidas, entre outras (Minayo e Minayo-Gómez, 2003).

No caso dos dados quantitativos, o procedimento contemplará quatro etapas, quais sejam:

- Primeira etapa: tabulação dos dados na formatação matricial em que as linhas representam os sujeitos (estudantes, docentes ou técnicos), e as colunas representam as variáveis (questões respondidas). Desta forma, considerando uma planilha de dados em que N indivíduos responderam o mesmo questionário com K questões, a célula associada ao elemento a_{ij} representa a j ésima resposta associada ao i -ésimo indivíduo, com $j=1,2,\dots,K$ e $i=1,2,\dots,N$.
- Segunda etapa: Análise descritiva dos dados por meio de medidas de tendência central e de dispersão, cujo objetivo é descrever numericamente as avaliações médias por estrato populacional, bem como suas variações. A apresentação deste tipo de análise pode ser feita via tabelas e/ou gráficos.
- Terceira etapa: Análise inferencial dos dados por meio de testes estatísticos de comparação para detectar eventuais diferenças entre os estratos populacionais (estudantes, docentes, técnico-administrativos, comunidade externa).
- Quarta etapa: Análise de correlação entre as variáveis. Esta etapa tem como objetivo detectar e mensurar eventuais correlações entre as respostas do grupo de indivíduos respondentes.

O resultado da análise será formalizado em relatórios, documento que expressará a dinâmica do trabalho de levantamento de dados e informações, os resultados obtidos e as sugestões para as ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnicocientífica, dentre outras, que municiem a tomada de decisão institucional.

A autoavaliação institucional, a ser realizada uma vez por ano, preferencialmente, no segundo semestre acadêmico, têm usos variados e múltiplos destinatários, notadamente os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade.

5. PLANO DE TRABALHO⁹

Etapas	Ação	Detalhamento da ação
PREPARAÇÃO	Instalar o trabalho da CPA	- Convocar reunião; Realizar a reunião com os membros da comissão Central e locais.
	Elaborar o regimento interna da CPA	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar a Lei nº 10.861/2004; - Estudar os documentos do INEP/DAES/CONAES orientadores da autoavaliação institucional; - Fazer levantamento de regimentos de CPA de diferentes universidades federais; - Escrever a minuta do regimento da CPA - Comissão Central; - Submeter à minuta do regimento para as comissões locais; - Devolução da minuta do regimento pelas comissões locais para produção final do texto; - Apresentação da minuta para a comunidade acadêmica; - Reestruturação de aspectos indicados pela comunidade acadêmica; - - Submissão da minuta ao CONSUNI para apreciação e aprovação.
	Elaborar o Projeto de Avaliação Interna ou Autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar o referencial teórico sobre avaliação institucional, autoavaliação; - Realizar reuniões para a definição dos marcos teórico-metodológicos para a escrita do projeto; - Escrever a minuta do Projeto de Avaliação Interna ou Autoavaliação - Comissão Central; - Submeter à minuta do projeto para as comissões locais; - Devolução da minuta pelas comissões locais para produção final do texto; - Apresentação da minuta para a comunidade acadêmica - Reestruturação de aspectos indicados pela comunidade acadêmica; - - Aprovação do projeto pela CPA.
	Promover atividades de sensibilização com a comunidade acadêmica e externa da UFOB.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover campanha publicitária sobre a CPA e autoavaliação institucional; - Promover um grupo de estudo sobre avaliação institucional na Universidade; - Promover reunião com os diversos segmentos da UFOB para apresentação da autoavaliação; - Realização de seminário sobre Autoavaliação Institucional.
	Elaboração dos instrumentos de autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Realização reunião para a definição dos instrumentos; - Elaboração da proposta do questionário (instrumento obrigatório); - Elaboração de outros instrumentos;

⁹ Faz-se necessário a definição dos prazos para o cumprimento das ações.

DESENVOLVIMENTO		- Submeter os instrumentos para apreciação e contribuição da comissão; - Realização de reunião para finalizar e aprovar os instrumentos.
	Promover atividades de sensibilização com a comunidade acadêmica e externa da UFOB.	- Promover campanha publicitária a participação na autoavaliação institucional; - Promover reunião com os diversos segmentos da UFOB para apresentação dos instrumentos;
	Promover a autoavaliação	- Realizar a coleta de informações e dados pelo questionário e outros instrumentos.
CONSOLIDAÇÃO	Formalizar os resultados da autoavaliação institucional	- Realizar a organização e análise dos dados; - Escrever o relatório; - Divulgar o relatório com a discussão dos resultados. - Planejar a próxima edição da autoavaliação institucional pela CPA.

6. CONDIÇÕES MATERIAS E FINANCEIRAS ¹⁰

A implantação da avaliação interna ou autoavaliação da UFOB implicará na disponibilização de materiais e recursos financeiros:

- a) Espaço físico para o funcionamento da CPA, contendo mesa para reunião, cadeiras, computador, impressora, telefone, armários e arquivos;
- b) Equipamentos audiovisuais para o levantamento de dados e realização de webconferência;
- c) Recursos financeiros para a realização de todas as etapas do trabalho, conforme indicação no quadro 01, a seguir:

¹⁰ O detalhamento financeiro será, anualmente, encaminhado a reitoria para providências.

ETAPAS	AÇÃO	ELEMENTOS
PREPARAÇÃO	Atividades de planejamento	Veículos
	Atividades de planejamento	Diárias Passagens Veículos
	Atividades de sensibilização da Comunidade Acadêmica	Diárias Passagens Veículos
	Campanhas publicitárias	Materiais Gráficos (folder, cartaz, banner, faixas, outdoor)
DESENVOLVIMENTO	Seminários internos	Diárias Passagens Veículos
	Campanhas publicitárias	Materiais Gráficos (folder, cartaz, banner, faixas, outdoor)
	Levantamento de dados e informações	Impressão
CONSOLIDAÇÃO	Elaboração do relatório	Impressão
	Divulgação do relatório, Campanhas publicitárias	Diárias Passagens Veículos

Quadro 01: Condições para o trabalho da CPA.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 10.861 (2004). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes dá outras providências **Diário Oficial da União** Federativa do Brasil de 15 de abril de 2004. Seção I, pp. 3-4. Brasília - DF.

_____. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisor e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais do sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 mai.2006, n.88, Seção 1, p.6.

BELLONI, Isaura. Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. **Revista Linhas Críticas**. Revista Semestral da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, volume 5, n.9, p.31-58, jul-dez, 1999.

CHIZZOTTI, A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional na escola**: base teórica e construção do projeto. 2.ed.Fortaleza: Edições D. Rocha, 2002.

GIL, Antonio Carlso. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUTIÉRREZ, J. Grupo de discusión: Prolongación, variación o ruptura con el focus group? Cinta Moebio, 2011, 41: 105-122.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

Ludke, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

RISTOFF, Dilvo. Avaliação institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Org). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências.2.ed.São Paulo: Cortez, 2000.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Avaliação Institucional nas universidades brasileiras**: diagnostico e perspectivas [S.l.:s.n], 1998, Mimeografo.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. BALZAN,Newton C. (orgs). Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

MINAYO, M.C.S.; MINAYO-GÓMEZ, C. 2003. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: P. GOLDENBERG; R.M.G. MARSIGLIA; M.H.A. GOMES (org.). **O clássico e o novo**: Tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro, Fiocruz, p. 117-142.